

ATA N° 011/2021

Às oito horas e quarenta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte um, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando n°. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental n°. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo google Meet para a décima primeira reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião justificando a ausência de alguns conselheiros/as. O Presidente passa para o **primeiro** ponto de pauta colocando em votação a aprovação da ata da Reunião Ordinária de Novembro/2021, perguntando se alguém tem algum questionamento a fazer, no que a Conselheira Aline Calefi pede a palavra e diz que gostaria de fazer uma correção nas informações que repassou sobre os espaços da FIEP, onde havia dito sobre duas salas de convenções com capacidade para sessenta pessoas, sendo que uma das salas tem capacidade para cento e cinquenta pessoas e a outra capacidade para cento e quarenta. O Presidente coloca que ainda não enviou o ofício para a FIEP para a reserva do espaço, mas que irá enviar e que a partir de fevereiro que a organização da Conferência irá ocorrer realmente, a Conselheira Aline informa que a reserva do espaço já está feita, falta apenas a formalização. Desta forma não havendo mais nenhuma consideração a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente informa que passará para o **segundo** item da pauta, deliberação sobre o parecer da Comissão de Tratamento do Projeto de Lei 962/2019, onde a Conselheira Rita assume a palavra e diz que dos membros que compõem a Comissão, apenas ela e o Conselheiro Soavinsk estão presentes na reunião e que tiveram dificuldades para se reunir e obter um consenso, apontando que na última reunião ordinária do Conselho, que foi importantíssima pela apresentação das pessoas que vieram falar em relação ao Projeto de Lei e que somente ela e o Conselheiro Soavinsk estavam presentes, que os demais Conselheiros/as da Comissão não estavam e tiveram que aguardar a ata da reunião para entenderem todas as argumentações, dizendo que para ela foi suficiente, que todas as informações que eles trouxeram foram muito consistentes. Continuando, diz que quando iam se reunir a Conselheira Maristela teve que se afastar por quinze dias por uma situação de saúde e a Comissão não conseguiu se reunir, que o Conselheiro Fábio estava em férias, Dr Guilherme também não estava presente, então não gostaria de dar um parecer somente dela, que precisa ser o consenso da Comissão e que segundo a Conselheira Maristela, não tem o que contra argumentar, apenas o pedido dela é de que seja anexado o documento da SESA, que é um posicionamento da Secretaria de Saúde em relação ao Projeto de Lei, então ela acha que é temerário dar o seu parecer neste momento, que acha que tem que ser da Comissão, que a Dra Maristela deve voltar nos próximos dias e pergunta ao Conselheiro Soavinsk se tem alguma informação contrária, mas considera que o parecer é favorável, e o Conselheiro Soavinsk se manifesta dizendo que é favorável.

A Conselheira Rita prosseguindo diz que a única coisa é que tem que escrever o parecer e irão contar com a ajuda do Dr Guilherme em função da questão jurídica, que é muito importante o posicionamento dele e o pedido da Conselheira Maristela que seja anexado o documento da SESA, mas que não há nenhuma restrição ao Projeto de Lei, que o parecer é favorável e pergunta novamente ao Conselheiro Soavinsk se é isto mesmo, no que o mesmo confirma que é isto mesmo. O Presidente passa a palavra para a Conselheira Maria Lucia, que pergunta se o Dr Guilherme que foi feito referência, se é o promotor, onde a Conselheira Rita responde que ele está na Comissão. A Conselheira Maria Lucia questiona se a Comissão é composta por Conselheiros ou pessoas que não são Conselheiros? O Presidente responde que o Dr Guilherme ainda é Conselheiro pois ainda não saiu no diário oficial da União e que inclusive este assunto é outro ponto de pauta. O Presidente com a palavra diz que não viu nenhuma manifestação da SESA dizendo que não podiam participar da reunião, então sugere deixar o ponto dois da pauta em aberto para assim que tiver a presença da representante que possa explicar alguma coisa. Neste momento o Conselheiro Bessa pede a palavra e informa que gostaria de deixar registrado que o Conselho Regional de Medicina é contrário a aprovação deste Projeto de Lei, desta forma o Presidente fala que vamos deixar registrado este posicionamento também, mas que na realidade o CONESD teria que ter este parecer do CRM inclusive para contribuir na votação, mas já fica anotado que o CRM é contrário ao Projeto de Lei 962. O Presidente passa a palavra para a Conselheira Rita, que pergunta se está na pauta sobre a questão da participação das pessoas no Conselho, onde o Presidente informa que está no ponto quatro da pauta, desta forma a Conselheira diz que vai aguardar. O Presidente passa para o **terceiro** ponto da pauta sobre o andamento do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas. O Conselheiro Soavinsk pede a palavra e informa que estão aguardando o retorno da Secretaria de Saúde desde o dia oito de outubro, que já passou também pelas Unidades programáticas da SESP, recebendo contribuições da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Científica e DEPEN. O Presidente diz que é isto mesmo, que o Dr Renato havia passado que o plano está parado na SESA e iria entrar em contato com a Conselheira Maristela e com os representantes da SESA para verificar sobre o andamento, porque basicamente na Conferência em princípio vai ser a discussão deste Plano e a forma de se colocar em prática, as possibilidades nas regiões do Paraná, que basicamente será a diretriz desta Conferência, juntamente com o estabelecimento de outras propostas que venham a se juntar ao Plano para os próximos anos. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e pergunta ao Presidente se o mesmo sabe onde está parado este parecer na SESA, que estará em reunião lá e poderia pedir para o gabinete verificar, onde o mesmo responde que não sabe e pergunta ao Conselheiro Soavinsk se sabe alguma coisa, que também responde que o Dr Renato não informou sobre isto, que teria que verificar o número do protocolo para acompanhar. A Conselheira pergunta ao Presidente se o mesmo tem o número do protocolo e solicita que seja repassado no seu watsapp para verificar no gabi-

nete da SESA onde está parado e qual o setor irá fazer este parecer, sendo que o Presidente fica responsável em repassar esta informação. O Presidente deixa a palavra em aberto e pergunta aos/as conselheiros/as se tem mais alguma pergunta sobre este assunto, não tendo nenhuma manifestação dá seguimento para o **quarto** ponto da pauta, resposta das Entidades sobre a participação no Conselho. O Presidente relata sobre as respostas das Entidades quanto a participação no Conselho, foi enviado ofício para a FECCOMPAR, para a Coletiva de Luta Atimanicomial do Paraná – CLAP, para a SEJUF, para a Defensoria e para a SETI, sendo a FECCOMPAR a primeira a se manifestar dando o parecer positivo quanto a participação, a CLAP não possuía a estrutura necessária conforme verificado, a FEPACT também demonstrou interesse, a Defensoria também, a SETI demonstrou interesse, inclusive já indicando os dois nomes para compor a cadeira, apesar de que este não é o momento ainda, só está faltando a SEJUF responder o ofício. A partir daí o procedimento será encaminhar para o Secretário da SESP para os trâmites de retirada do Ministério Público e também fazer a escolha destas quatro Entidades quanto a participação ou não, que o CONESD está trabalhando para isto e esperamos que no próximo ano já termos estas Entidades participando. O Presidente pergunta aos/as Conselheiros/as se existe mais alguma dúvida em relação a este ponto de pauta, no que a Conselheira Maria Lucia coloca que da parte dela está tudo certo, e reforça o cumprimento do regimento. Passando para o **quinto** ponto da pauta trata do formato para as reuniões do CONESD para o ano de 2022 e justificativas de ausências. O Conselheiro Soavinsk retorna ao ponto quatro da pauta e informa que estão aguardando o retorno da SEJUF e que o ofício foi encaminhado e protocolado no dia cinco de novembro, as demais Entidades, SETI, Defensoria, FEPACT, FECCOMPAR se manifestaram favoráveis a entrada no CONESD e faz um adendo dizendo que esteve com o presidente da FEMOCRAM e que estão disponíveis também para participar do CONESD, representando as Associações de Moradores de Curitiba e toda a região metropolitana e considera como importante a participação destas Associações. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e esclarece que para compor um Conselho Estadual sobre drogas, a abrangência das Entidades precisam ser Estadual, conforme consta na lei e regimento, questiona se esta Entidade é de abrangência Estadual ou Curitiba e região metropolitana, que gostaria de obter esta resposta, no que o Conselheiro Soavinsk informa que a Entidade tem o nome de Federação, o Presidente assume a palavra e explica que não é o título de Federação que vai contar e sim a abrangência de atuação conforme a Conselheira Maria Lucia já explicou. A Conselheira continua expondo que a FEMOCRAM não participa do Conselho Estadual de Saúde por ser de abrangência municipal, que ela participa do Conselho Municipal de Saúde, no que o Presidente concorda. Neste momento o Conselheiro Renato entra na reunião cumprimentando a todos e todas e esclarece que está tentando conciliar a reunião do CONESD com um Seminário que foi designado a participar. O Presidente retorna ao ponto cinco da pauta e coloca que no próximo ano a partir de fevereiro o CO-

NESD vai voltar ao sistema presencial e a

a partir de conversas entre a Diretoria, no próximo ano as justificativas deverão ser encaminhadas para a secretaria do Conselho e que existem Entidades que nem o titular e nem o suplente estão participando e o Conselho irá exigir as justificativas formalmente, e caso ocorra três faltas sem as justificativas formais, será solicitado a substituição do/a Conselheiro/a, pois nós temos que ter agilidade e comprometimento com o Conselho. Coloca ainda que somente a justificativa da não participação não será aceita, inclusive legalmente, citando como exemplo que se for ao médico deverá apresentar o atestado, então a partir de fevereiro será adotado esta dinâmica, inclusive pela questão regimental. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e pergunta se a Entidade tendo três faltas consecutivas perde a vaga ou a presidência pede para substituir o representante, porque em outros Conselhos três faltas sem justificativa a Entidade perde a vaga, e outra coisa que coloca também é em relação aos atrasos porque todo mês ficamos esperando Conselheiros/as entrarem para ter quórum e isto é um absurdo, em especial os governamentais, porque os governamentais são liberados para participarem das reuniões. A Conselheira Rita pede a palavra e diz que a Conselheira Maria Lucia tem toda a razão em relação aos horários mas também quanto a presença, pois todos nós temos nossos trabalhos fora e o quórum tem diminuído, acha que isto é um sinal de alerta, pois nós já passamos de uma fase que não tínhamos como dar continuidade nas reuniões e esta ausência das pessoas faz com que o Conselho não caminhe junto, porque nós temos níveis de informações muito heterogêneo e daí fica difícil ter um consenso nas comissões e no próprio Conselho para definir as situações, ficamos sempre esperando que alguém alcance as informações e isto dificulta o trabalho, então acha que fora a questão das justificativas das ausências tem que comunicar a Instituição para possível substituição, pois “se a pessoa não está dando conta que passe a vez”. A Conselheira Helena no uso da palavra aponta que não vê problema na pessoa ter dificuldade, ter que se ausentar, ter problemas no trabalho e não conseguir participar, só que o que está acontecendo é que o/a suplente também não está participando e coloca ainda que o Conselho já tem a programação das reuniões para o ano todo. O Presidente assume a palavra e reforça a questão da exigência das justificativas no próximo ano e respondendo ao questionamento da Conselheira Maria Lucia, coloca que o artigo trinta e seis do Regimento Interno parágrafo primeiro, inciso segundo trata sobre a questão das faltas e acredita que todos/as os/as Conselheiros/as estão de acordo com as cobranças conforme o Regimento. A Conselheira Maria Lucia diz que concorda com a Conselheira Rita e a Helena, que todas as Entidades tem o representante titular e suplente e cita como exemplo a Entidade que representa, onde tanto o titular como o suplente participam das reuniões e que cada representante precisam dar satisfação para suas Entidades e no CONESD tem representantes que não dão satisfação para ninguém e isto é inadmissível e solicita respeito pelo Conselho. Neste momento o Conselheiro Marcos Bessa pergunta ao Presidente se as reuniões serão apenas presenciais ou híbrida, no que o Presidente diz que terá que verifi-

car a questão da estrutura, se as reuniões ocorrerão na SESP ou na SEJUF, que terá que conversar com o Dr Renato sobre esta questão, se terão condições de realizar a reunião de forma híbrida, que tentarão facilitar para todos e todas, mas em princípio pretendem fazer de forma presencial, mas também verificarão esta opção híbrida. O Conselheiro Marcos Bessa diz que tanto ele como sua suplente terão dificuldades para participar de forma presencial e o Presidente coloca como opção dos representantes do CRM participarem de forma alternada, mas o Conselheiro Marcos Bessa reforça que não será possível, pois as reuniões acontecem no horário em que estão nos plantões no ambulatório e que desta forma terão que solicitar as alterações nas representações do CRM. A Conselheira Rita pede a palavra e questiona o Presidente se o Regimento é de conhecimento de todos/as, a questão das ausências, apontando que o Regimento está em vigor e não será a partir de agora que começará a valer, que na verdade precisa é de se fazer o levantamento da situação das faltas e comunicar as Instituições ou pedir as substituições. O Presidente esclarece que anteriormente não estava sendo exigido o cumprimento do Regimento mas acredita que seja uma proposta de se fazer este levantamento dos faltantes ainda este ano e encaminhar uma notificação para os mesmos, para que tragam a justificativa, caso contrário as Entidades serão notificadas. A Conselheira Maria Lucia pede uma parte e diz que “comunicar o faltante para entregar o documento, que isto não, que precisa comunicar é a Entidade que a pessoa faltou e não comunicou o seu suplente para participar, que nós aprovamos o Regimento e depois não cumprimos, que não podemos legislar em causa própria”. O Presidente coloca que irá verificar esta questão quanto as faltas e dará os encaminhamentos necessários para que seja cumprido o Regimento, solicitando para a Secretaria Executiva fazer este levantamento, porém a mesma coloca que não tem condições de assumir esta tarefa, no que o Presidente informa que irá solicitar para a Estagiária Gabriela para fazer este levantamento e deixa a palavra em aberto. O Conselheiro Renato relata que já está se concretizando a mudança da SESP para o Batel e que ainda não sabe se terá a opção de fazer a reunião de forma híbrida, mas de qualquer forma o voto da SESP vai ser para tentar fazer de forma híbrida, porque a ideia é de ter a participação do maior número de Conselheiros/as, mas também ao mesmo tempo de ser rigoroso dentro do que estamos discutindo neste momento, de se exigir que a Entidade que compõe o CONESD que faça o seu/sua Conselheiro/a participarem e acha também que a SEJUF tem aparato para fazer as reuniões nesta modalidade híbrida, que inclusive o Conselheiro Edson ficou de verificar esta questão na SEJUF, mas que também irá verificar como será a sala de reuniões da SESP e nos repassará. Continuando diz que em relação as faltas realmente tem o Regimento Interno e a gente acaba não ficando muito em cima, e concorda com todas as falas, principalmente quando o Conselheiro titular falta, como também tem suplente que nunca participou e disse que já iria passar esta tarefa do levantamento das faltas para a Gabriela. O Presidente coloca que a ideia é oferecer meios para que os/as Conselheiros/as possam participar das reuniões. Neste

momento a Conselheira Helena informa que a Conselheira Gabriele justificou a falta em função de estar em férias e que neste caso o/a suplente deveria estar participando, quanto ao Conselheiro Edson justificou a falta pelo falecimento do irmão nesta manhã e que neste caso fica difícil comunicar o suplente em cima da hora, por isto que cada situação deve ser avaliada. O Presidente volta a falar na agenda das reuniões definida para o ano todo e da necessidade da parceria entre o titular e o suplente para que não ocorra mais a falta de representação da Entidade. Seguindo para o **sexto** ponto da pauta, relatório das comissões permanentes, onde a Conselheira Helena faz o relato da Comissão de Redução de Danos, informando que o Coordenador da Comissão é o Conselheiro Fábio e que não houve reunião no referido mês. Na sequência o Conselheiro Soavinsk passa os informes sobre a Comissão de Prevenção que também não houve reunião neste mês. Neste momento o Presidente no uso da palavra orienta os/as Conselheiros/as para tentarem se reunir na última semana de janeiro ou primeira semana de fevereiro, antes da reunião ordinária que acontecerá na segunda quarta-feira de fevereiro de 2022. Continuando, a Conselheira Rita informa sobre a Comissão de Tratamento, que na verdade já foi feito o relato no segundo item da pauta e que agora a Comissão precisa emitir o parecer sobre o PL, inclusive solicita o apoio do Conselheiro do Ministério Público para auxiliar neste parecer pela questão da legalidade. Na sequência a Conselheira Aline apresenta sobre a Comissão de Pesquisa, que estavam com a reunião programada para discutir sobre o parecer do PL do Deputado Goura, mas por falta de quórum não foi possível realizar. O presidente passa a palavra para a Comissão de Redução da Oferta, no que o Conselheiro Renato informa que estão em apenas dois membros nesta Comissão, em função da saída do Delegado Italo e que estão aguardando a formalização da indicação da Polícia Civil e que pelo que parece será a Delegada Ana, chefe da DENARC, que irá entrar em contato com a mesma para verificar como está o andamento, que não se reuniram mas já tem pauta definida sobre estas novas drogas que estão chegando de certa forma no âmbito global. O Presidente no uso da palavra faz alguns apontamentos se referindo ao uso de drogas sintéticas no município de Curitiba e em outros também, inclusive solicitando a atenção do Conselheiro Marcos Bessa, dizendo que está acontecendo direto, inclusive na “baladas”, dando como exemplo também o Estado de Santa Catarina. Em função do fechamento de fronteiras, os insumos para a fabricação destas drogas foram escassos e encareceram muito, desta forma a alternativa encontrada foram nas drogas prescritas, principalmente a “ritalina e a venvanse”, onde estão usando de quatro a cinco comprimidos de ritalina e de três a quatro de venvanse e que sempre tem algum médico de referência nestas “baladas” que está fornecendo a prescrição para a compra destes medicamentos. O Conselheiro Bessa toma a palavra e coloca que nesta questão a vigilância sanitária pode verificar, a não ser que seja adquirida pelo mercado negro, pois se for por receita a vigilância tem como identificar. O Presidente aponta que este alerta serve para a polícia também, pois está ocorrendo uma larga escala de drogas prescrita,

como também a aquisição no câmbio negro.

O Presidente reforça a importância das comissões se reunirem antes da primeira plenária do próximo ano para já estabelecerem o planejamento das ações e continuando, fala que as comissões do CONESD irão se desmembrar em subcomissões para a organização da conferência estadual. O Conselheiro Renato pede a palavra e reforça a importância do CONESD encaminhar assuntos para as comissões para deliberação, citando o parecer da comissão de tratamento, quanto ao PL do Deputado Goura, que a ideia é que o Presidente demande assuntos para as comissões para o próximo ano. O Presidente neste momento pergunta se alguém é contrário a sugestão do Conselheiro Renato, não tendo nenhuma manifestação, o mesmo sugere que para a próxima reunião, que as comissões tragam os pontos que desejam discutir dentro da temática de cada comissão, para serem discutidos na conferência. Continuando, pergunta a Conselheira Aline Calefi se tem conhecimento de alguma pesquisa que esteja ocorrendo no Estado do Paraná, sobre algum tópico relacionado ao fenômeno das drogas, diz que desconhece, mas solicita a comissão de pesquisa que faça este levantamento, para quem sabe o CONESD estabelecer alguma parceria com a UFPR e as universidades estaduais para trabalhar com pesquisas e/ou fomentar este tipo de pesquisa, no que a Conselheira Aline se reporta a participação da Conselheira Daniele da UFPR e o Conselheiro Fábio da UEM que podem contribuir nesta questão. O Presidente sugere ao Conselheiro Renato e a Conselheira Maria Lucia, que fazem parte da comissão de redução da oferta, que façam o levantamento sobre estas novas drogas que estão entrando no mercado, se puderem trazer alguma novidade, sugere a comissão de prevenção se reportando a Conselheira Simone, que foi a principal mentora de um projeto de prevenção, que traga este projeto para a comissão para discussão e possibilidade de ser encaminhado para implantação. O Presidente sugere a comissão de tratamento uma demanda que já está ocorrendo algumas controvérsias, que é sobre o internamento involuntário, citando a cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo que publicou uma lei sobre internamento involuntário e que está causando muitos problemas em relação aos objetivos explícitos da lei. Continua, apontando que muitos estão utilizando alguns artifícios da lei 13.840 para realizar o internamento involuntário, e que se preocupa muito com o caráter de higienização e a falta de critérios que não estão bem estabelecidos nesta questão e por outro lado acredita que até março ou abril de 2022 o CONESD terá que dar um posicionamento, estabelecer diretrizes sobre esta questão para o Estado, para serem repassados para os municípios. O Conselheiro Renato pede a palavra e concorda com o Presidente quanto a discussão sobre internamento involuntário e diz que na comissão de pesquisa iniciaram a discussão sobre o antiproibicionismo e afirma que defende a sua posição contrária ao antiproibicionismo, que estão discutindo a questão dos conceitos, quem defende o antiproibicionismo, para que todos saibam o que é o antiproibicionismo, quais são os requisitos e os porquês as pessoas acham que deva ser aplicado e que sua proposta é verificar se tem algum país que adota este conceito no mundo, pois acha que não tem.

Pretendem apresentar este relatório, mas que a comissão precisa terminar esta discussão que já estão fazendo há uns dois ou três meses e na sequência se debruçam em outro tema. Continua com a palavra direcionando para a comissão de prevenção e diz que está procurando informações, pois saiu a pesquisa falando do PROERD, muitas pessoas discutindo a eficácia das palestras, mas enfim, não se fala também outras formas de prevenção, qual a melhor maneira de prevenção? onde tem um programa de prevenção que está dando certo? O Conselheiro Soavinsk no uso da palavra pergunta ao Presidente se ele está se referindo ao tratamento involuntário nas comunidades terapêuticas ou nas clínicas psiquiátricas, porque se for em relação as clínicas ele relata que é um testemunho vivo de como salvou o seu filho, que na época da internação a médica perguntou se o tratamento seria voluntário ou involuntário, coloca que vê com bons olhos a internação involuntária, que naquele período o filho concordou com o tratamento involuntário. O Presidente toma a palavra e esclarece que as comunidades terapêuticas não podem fazer o internamento involuntário e que existe uma diferença entre internamento e tratamento e que o ponto que o CONESD precisa focar é na questão do internamento involuntário como uma política pública, pois a internação involuntária é necessária em casos raríssimos e excepcionais e realizar projetos de lei desta natureza que venham a ser publicados e efetivados usando dinheiro público, ministério público e outros órgãos é complicado. Cita que conversou com o pessoal dos direitos humanos da OAB/SP e estão verificando qual o posicionamento que irão encaminhar para a OAB Nacional sobre esta questão. O Presidente indaga que faltou verificar sobre as sugestões de discussões para a comissão de Redução de Danos, no que a Conselheira Helena aponta que a comissão pretende fazer o estudo sobre esta política para apresentar ao CONESD. O Presidente considera interessante a comissão discutir sobre programas de redução de danos e sua aplicabilidade dentro da política nacional. O Conselheiro Guilherme assume a palavra e fala do trabalho de prevenção que o Ministério Público vem desenvolvendo, fala que pretendem no próximo ano focar no trabalho de fiscalização dos serviços junto com os órgãos competentes, precisa fazer uma ação comum, pois existem muitas cobranças da sociedade. Esclarece novamente sobre os tipos de internação, que está já é uma discussão antiga e coloca que nas CTs existem o acolhimento voluntário e não internação involuntária. Quando falamos em internação involuntária, temos as regulares previstas em lei e temos também as irregulares que não estão previstas nas legislações, citando como exemplo os captadores, e que precisamos dar atenção especial para esta questão. Neste momento o Presidente passa a palavra para o Conselheiro Ricardo que inicia a fala dizendo que gostaria de se manifestar em relação ao que foi falado sobre o PROERD, que é um programa de prevenção primária maior do mundo, está em mais de setenta países e é aplicado em todos os Estados do Brasil. Relata que na semana anterior tiveram uma reunião com a Comissão Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares do Brasil e foi questionado sobre estas pesquisas, sobre a eficiência do PROERD, coloca que o fator ci-

entífico que teoricamente mexe com estatísticas, quantidades, jamais vai conseguir mensurar a magnitude, a influência e a importância do PROERD, porque das dez lições que o instrutor vai ministrar aos alunos, apenas uma fala exclusivamente de drogas de forma a mostrar as consequências que tem, então o PROERD é muito mais amplo, ele vai trabalhar com a criança que tem dez, onze anos e vai tentar preparar ela para ser uma cidadã, discutindo vários temas como bullying, relacionamento, ajuda ao próximo, colaboração, exclusão e em apenas um encontro vai falar sobre a droga. Só no Paraná desde o ano dois mil já formaram mais de um milhão e setecentas mil crianças para tentarem ser cidadãs melhores, para tentarem tomar decisões seguras e responsáveis e que vão ser reflexos para uma pessoa melhor, um cidadão melhor. Se dentro da sala de aula o instrutor falar para trinta crianças e destas trinta apenas uma mudar a forma de pensar, de atuar, já terá feito toda a diferença. Então qualquer pesquisa científica não vai conseguir mensurar a quantidade de benefícios, desta forma o PROERD é uma semente que é plantada hoje e que terá uma colheita no futuro. O Presidente no uso da palavra solicita ao Conselheiro Ricardo que qualquer informação que tenha sobre o PROERD que repasse para o Conselho e fala de uma pesquisa de Santa Catarina sobre o PROERD que foi publicada e solicita que o Conselheiro busque informações sobre esta pesquisa, pois ela foi extremamente favorável ao PROERD. O Presidente informa que a pesquisa sobre o PROERD foi feita com recursos da SENAPRED, não sabe informar qual a metodologia utilizada e era para ser feita em todos os Estados e isto não aconteceu. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e parabeniza o PROERD e coloca que se discute tantas coisas, mas até hoje não viu ninguém discutir fonte de recurso para o PROERD. O **sétimo** ponto trata dos informes da Conferência Estadual, GTs e plano de trabalho; O Presidente no uso da palavra coloca que em relação a este ponto de pauta, acredita que já tenha sido englobado durante as discussões do ponto seis e pergunta a Conselheira Helena se tem mais alguma coisa para complementar. A Conselheira Helena reforça que o local já está reservado, mas ainda falta encaminhar os ofícios para a FIEP e quanto a organização das comissões específicas para a conferência ficará para a partir de fevereiro de 2022, como também o regulamento da conferência, pois não há mais tempo hábil. O **oitavo** ponto trata dos informes NEPSD; O Conselheiro Soavinsk informa que o Dr Renato solicitou para o mesmo comunicar ao Conselho que foi encaminhada a minuta de alteração do FESD com as sugestões do CONESD, para o gabinete do Deputado Gilson. O **nono** ponto da pauta trata dos informes Gerais; O Presidente informa que participou juntamente com o Dr Renato da Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas em Maringá no mês de novembro, agrade a Conselheira Helena e ao Conselheiro Fábio pela recepção e diz que a organização estava impecável, as discussões dos temas também foram muito bons. O Presidente passa a palavra para a Conselheira Maria Lucia que informa que será realizada a Conferência Municipal de saúde mental em Curitiba e que o Estado também realizará e que tem prazos para isto acontecer, que já foi criada uma comissão

organizadora no Conselho Municipal e Estadual de Saúde e que estão fazendo reuniões periódicas. A Conferência Municipal de Curitiba será realizada no dia trinta e um de janeiro de 2022 que é o prazo máximo para ser realizada, já a Conferência Estadual será realizada no mês de abril. O Presidente informa que já foi encaminhado para a SESP o pedido de orçamento para a realização da Conferência Estadual sobre Drogas. A Conselheira Maria Lucia parabeniza o Presidente enquanto representante da OAB, pela eleição ocorrida para troca de gestão da OAB, no que o Presidente sugere ao CONESD enviar uma saudação a nova Presidente da OAB. O **décimo** item da pauta está destinado a palavra dos conselheiros, não tendo nenhuma manifestação e não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 10h30min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Aline Calefi Lima	FIEP
Aline Pinto Guedes	SESA PR férias
Carlos Augusto Weber	OAB PR falta justificada
Danielle Annoni	UFPR falta justificada
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF falta justificada
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR férias
Gabriele Luize Pereira	CRF férias
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Marcelo Mikosz	ACP PR
Maria Cristhina de Souza Rocha	FIEP
Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR férias
Nazah Cherif Mohamed Yousef	CRM falta justificada
Renato Bastos Figueiroa	SESP
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Ricardo da Costa	PMPR
Simone Carinha Baroni	SEED

CONVIDADOS E OUVINTES	

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva